

ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

Emilia Monego¹
Fabio Lopes Schwertz²
Fernanda dos Santos Medeiros³
Juliano Carvalho Barros⁴
Maike Stredr Ferreira Machado⁵
Rodrigo Donizeti da Silva⁶

RESUMO: Neste artigo serão abordados temas sobre a orientação e supervisão escolar, a metodologia de ensino e dentro dela um tema e seus objetivos cujo principal é conhecer a função e a prática do gestor escolar, observando sua relação no processo de ensino-aprendizagem. O método utilizado para a confecção do artigo foi a pesquisa documental.

Palavras-chave: Orientação. Supervisão. Gestão.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como área de concentração metodologias de ensino. Como objetivos serão abordados temas para conhecer e entender a prática do orientador e do supervisor escolar. O seu objetivo é a qualidade do ensino.

310

DESENVOLVIMENTO

Segundo Malaguzzi (1999, p. 85) “ a escola compara-se a um atelier, um espaço rico em materiais, como uma arca do tesouro, dos trabalhos dos alunos e da pesquisa dos professores”, e, por ser um local lúdico e prazeroso, ajuda aos alunos a encontrar os seus próprios estilos de troca com os colegas, tanto do ponto de vista de seus talentos e competências, quanto de suas descobertas.

2.1 O SUPERVISOR ESCOLAR

1
2
3
4
5
6

A identidade do supervisor pedagógico é construída na relação com o outro, pois tanto os supervisores quanto os professores planejam e executam suas práticas interligadas.

Rodrigues (2011 apud Santos 2011) cita alguns princípios do supervisor pedagógico:

- Lucidez quanto à Educação: o supervisor deve ter a ideia clara do que é educação;
- Segurança: o supervisor deve ter conhecimento sobre educação e sobre sua prática para agir com segurança diante de todas as situações;
- Consciência do papel das suas funções: é necessário que o supervisor saiba qual o seu lugar na escola e qual o seu papel, pois assim terá o respeito dos demais profissionais, dos professores e por consequência contribuirá para um ambiente escolar harmonioso;
- Espírito crítico: o supervisor deve ter o espírito crítico para também o transmitir aos seus colegas, provocando na equipe escolar uma capacidade de reflexão e revisão permanente;
- Racionalidade: usar a razão para não complicar aquilo que é simples, ser um simplificador, visando o alcance das finalidades e objetivos do processo educativo;
- Diligência: dimensão amorosa, que traz um trabalho jovial, alegre, estimulante e cooperativo, sem glórias ou críticas, baseado no reconhecimento, motivação, reavaliação e reconhecimento; e

311

- Liderança: deve exercer sua liderança, não de forma autoritária, mas comandando, orientando e estimulando a equipe para que juntos possam alcançar os objetivos educacionais;

O supervisor deve desenvolver competências e habilidades para gerir uma equipe, usando de sensibilidade e criatividade para assim exercer sua função que não é de “supervisionar” como seu nome nos leva a pensar, mas sim de acompanhar a rotina dos professores, buscar inovações para suas práticas pedagógicas se houver necessidade, servir de apoio ao professor quando ele precisar de ajuda. Não criticar o trabalho desse profissional, mas sim buscar formas e alternativas de trabalho que possam garantir um bom resultado ao trabalho do professor, construindo assim a aprendizagem dos alunos.

Para que o supervisor possa exercer, de fato, sua função é necessário que este tenha algumas características. Santos (2011) cita 20 características que um supervisor deve ter, são elas:

- Ser humilde;
- Dinâmico;
- Auxiliador;
- Orientador;
- Acessível;
- Eficiente;
- Renovar seus conhecimentos;
- Inovador;
- Flexível;
- Responsável;
- Respeitar a opinião dos outros e aproveitá-las;
- Evitar impor sua filosofia;
- Aceitar as diferenças;
- Respeitar as confidências;
- Dar satisfação ao grupo sobre as decisões tomadas;
- Reconhecer seus erros e limitações;
- Auto avaliar-se constantemente;
- Encorajar a equipe;
- Ter autocontrole; e
- Ser mestre e aprendiz.

2.1.1 Supervisão Pedagógica: Princípios e práticas

No contexto brasileiro a supervisão tem uma concepção a apresentar-se como uma prática relativamente recente. Remonta aos anos 70 e surgiu “no cenário sócio político-econômico, historicamente, como função de controle” (SILVA, 1998, p. 48). Em nome da eficiência e da eficácia defendidas por abordagens de influências Tayloristas que subjazem as tecnocratas, que valorizam a racionalidade, o supervisor é considerado o instrumento de execução das políticas centralmente decididas e, simultaneamente, o verificador de que essas mesmas políticas são efetivamente seguidas. Designado muitas vezes por supervisor escolar, é

responsável pelo funcionamento geral da escola em todos os setores: administrativo, financeiro, cultural e de serviços.

Porém, como reflexo do movimento de capacitação e autonomização do professor e da própria escola como coletivo de profissionais, começam hoje a ter-se outra visão do papel do supervisor. Ao superpoder orientador e controlador contrapõe-se uma concepção mais pedagógica da supervisão concebida como uma construção com os professores, do trabalho diário de todos na escola. O supervisor passa assim a ser parte integrante do coletivo dos professores, e a supervisão realiza-se em trabalho de grupo.

Na definição de Rangel, a supervisão passa de escolar, como é frequentemente designada, a pedagógica e caracteriza-se por “um trabalho de assistência do professor, em forma de planejamento, acompanhamento, coordenação, controle, avaliação e atualização do desenvolvimento de processo ensino-aprendizagem” (1998, p. 13 e p.14). A sua função continua a ser política, mas é uma função sociopolítica crítica, evidenciada em afirmações como

Confirmam-se, então, a ideia e o princípio de que o supervisor não é um “técnico” encarregado da eficiência, do trabalho e, muito menos um “controlador de produção”; sua função e seu papel assumem uma posição social e politicamente maior, de líder, de coordenador, que estimula o grupo à compreensão – contextualizada e crítica – de suas ações e, também de seus direitos. (RANGEL, 1997, p. 151).

313

A supervisão pedagógica dirige-se ao ensino e à aprendizagem. O seu objetivo é a qualidade do ensino, porém os critérios de apreciação da qualidade não são impostos de cima para baixo em uma perspectiva preceituária acriticamente aceita pelos professores, mas na interação entre o supervisor e os professores. Embora a tônica seja colocada na relação ensino-aprendizagem, esse processo ocorre no ambiente escolar, pelo que nem o supervisor, nem os professores podem circunscrever do que acontece na sala de aula, pois essa funciona como um microcosmo de um universo mais amplo, constituído pela escola e pela comunidade. Daí a necessidade sentida por uma supervisora em grupos de reflexão, que afirma: “O supervisor é o sujeito que faz a leitura da escola na sua totalidade” (Medina, 1997, p. 18).

2.1.2 O Repensar da nossa Sociedade

Falta ao Brasil um projeto de país, um projeto que leve o Estado a rumos de longo prazo. Vivemos uma circunstância histórica inusitada: nem as elites, nem os demais

segmentos da sociedade tem conseguido articular um projeto que consiga unir o país em torno de um modelo que permita encurtar a distância entre os mais ricos e os mais pobres. Essa separação se faz por um fosso abismal. É imenso o distanciamento que os segmentos sociais marginalizados e a possibilidade de inclusão social. A nossa capacidade de diálogo entre o país moderno e o país tradicional.

2.1.3 O Estudo Como Prática de Supervisão

Ao falar de supervisão é preciso situá-la quanto ao nível e ao âmbito de ação. A supervisão de qual se fala neste texto é a que se realiza na escola, integrada à sua equipe docente, com âmbito de ação didática e curricular. É preciso, entretanto, reconhecer outros níveis – centrais e intermediários – da função supervisora que incumbe ações de natureza pedagógica, administrativa e de inspeção.

O supervisor pedagógico escolar faz parte do corpo de professores e tem a especificidade do seu trabalho caracterizado pela coordenação – organização em comum – das atividades didáticas e curriculares e a promoção e o estímulo de oportunidades coletivas de estudo. Portanto, a coordenação é uma função que se encaminha de modo interdisciplinar.

A coordenação das atividades didáticas e curriculares é interdisciplinar tanto em seus fundamentos quanto no sentido da promoção de articulações entre os elementos do processo ensino-aprendizagem: professores, alunos, objetivos, conteúdo, métodos, avaliação, recuperação e contexto. 314

2.1.4 O Estudo Como Prática de Supervisão

A dinâmica do processo didático e do conhecimento que se ensina, aprende e constrói na escola, solicita que o supervisor incentive o estudo e promova esse hábito. Segundo Bourdieu (1989), essa predisposição adquirida, com determinação e prática, incorpora aos conteúdos específicos quanto aos que ampliam e aprofundam bases, encaminhamentos e concepções do ato educativo de ensinar e aprender, que caracteriza e especificidade da escola e do conhecimento que deve garantir.

A função, a missão de estudar requer do supervisor a visão geral dos fundamentos, princípios e conceitos do processo didático. Esse processo por natureza tem como alguns de

seus temas significativos de estudo, o sentido humano, social, educativo e das relações pessoais. É preciso, pois, voltar a afalar em afetividade, emoção e prazer.

Embora se considere que aprender requer disciplina, organização, atenção, concentração, trabalho, é preciso pensar no ser humano e seu direito fundamental de ser feliz. Assim a disciplina, o trabalho de ensinar e aprender não exclui a finalidade e o direito da vida humana prazerosa.

A assimetria na relação entre o professor e o aluno é inerente à autoridade do professor, que lhe é conferida pela competência no conteúdo. Nesse sentido, a linearidade, referida à equivalência de funções e competências que são objetivos do ensino-aprendizagem, dá lugar a posições e papéis assimétricos, observando-se a “autoridade” de quem tem “algo mais” a oferecer, da própria condição – e requisito – de conduzir e orientar o processo didático: o professor.

2.1.5 Um Olhar Histórico Sobre a Supervisão

A ideia de supervisão surgiu com a industrialização, tendo em vista a melhoria quantitativa e qualitativa da produção antes de ser assumida pelo sistema educacional, em busca de um melhor desempenho da escola em sua tarefa educativa. Para Souza (1974), a supervisão é fruto da necessidade de melhor adestramento de técnicas para indústria e o comércio, estendendo-se posteriormente aos demais campos: militar, esportivo, político, educacional e outros, com o objetivo de alcançar um bom resultado do trabalho em realização. 315

Durante o século XVIII e o princípio do século XIX, a supervisão se manteve dentro de uma linha de inspecionar, reprimir, checar e monitorar (Viles; Lovell, 1975). Somente em 1841, em Cincinnati, surgiu a ideia de supervisão relacionada ao ensino, sendo que até o ano de 1875 estava voltada primordialmente à verificação das atividades docentes (AFONSO ET. AL. 1975). No final do século XIX e início do século XX, a supervisão passou a se preocupar com o estabelecimento de padrões de comportamento bem definidos e de critérios de aferição do rendimento escolar, visando à influência do ensino.

No começo do século XX, pode-se verificar a utilização dos conhecimentos científicos na melhoria de ensino e na medida dos resultados de aprendizagem dos alunos. A supervisão,

então, se propõe a transmitir, explicar, mostrar, impor, julgar e recompensar (VILES; LOVELL, 1975).

É interessante pensar que, com a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, MEC, 1997) a supervisão educacional poderá ser uma grande aliada do professor na aplicação associada à avaliação crítica, desses parâmetros. Mas para que se possa alcançar esse objetivo, é necessário que essa supervisão seja vista em uma perspectiva baseada na participação, na cooperação, na integração e na flexibilidade. Nesse sentido, reconhece-se a necessidade de que o professor e o supervisor sejam parceiros, com posições e interlocuções definidas e garantidas na escola.

2.2 ORIENTADOR EDUCACIONAL

Para Penteado (1976, p. 12),

Orientar é auxiliar o aluno a proceder aos ajustamentos necessários, relativos à escola em particular e à vida extraescolar em geral, procurando promover mudanças de comportamento duradouros e prospectivas que permitam ao jovem enfrentar o futuro e as transformações com adequado preparo. O orientador, tomando como ponto de partida o estudante, visa a formação do homem.

Com o passar do tempo a escola e os professores evoluíram e isso faz com que os 316 alunos esperem mais das instituições de ensino e do Orientador Educacional. Seguindo essa linha de evolução, o orientador se tornou mais atuante e tomou consciência do seu papel na sociedade. Segundo Pianezzer (2013), seguem algumas características necessárias para exercer bem a função:

- gostar de lidar com todo tipo de gente, de diferentes idades e não ter nenhum tipo de preconceito;
- servir a comunidade escolar auxiliando todos os alunos;
- saber ouvir, compreender, aceitar, aconselhar e, principalmente, respeitar as pessoas que fazem parte de seu contexto educacional;
- exercer uma liderança democrática, cooperativa e participativa; e
- ser um líder exemplar e conquistar o respeito de seus orientados, sem ser autoritário.

3 CONCLUSÃO

Após o conhecimento adquirido nesta pesquisa, verificou-se que as funções de orientador e supervisor educacional são de extrema importância no processo de ensino-aprendizagem. Eles devem ter uma boa relação com os professores no que se refere ao trabalho em equipe, porque um deve auxiliar o outro.

Portanto, para ser um bom orientador ou supervisor é necessário ter conhecimentos sobre o assunto para demonstrar confiança aos alunos. Algumas características e habilidades como: ser mestre e aprendiz, acessível, eficiente, inovador, etc. devem ser acentuadas também, naquele que se propõe assumir uma função tão importante como a de supervisor ou orientador educacional.

REFERÊNCIAS

- ALARÇÃO, Isabel. **Supervisão Pedagógica: Princípios e Práticas**. 11 ed. São Paulo: Editora Papyrus, 2011.
- BUSS, Rosinete Bloemer Pickler. **Gestão Escolar**. Indaial: Uniasselvi, 2013.
- MALAGUZZI, L. **Histórias, ideias e filosofia**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- PIAGET, J. **Psicologia da inteligência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- URBANETZ, Sandra Terezinha; SILVA, Simone Zampier da. **Orientação, Supervisão Escolar: Caminhos e Perspectivas**. 1 ed. São Paulo: Editora IBPEX, 2008.
- VIGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

317